

XIV Encontro Nacional da ABET – 2015 – Campinas

GT7 – Relações de gênero, raça e geracionais no trabalho.

**A participação feminina em profissões de nível superior entre os anos  
2004-2013.**

Luciana Portilho<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP.

## **A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM PROFISSÕES DE NÍVEL SUPERIOR ENTRE OS ANOS 2004-2013.**

Luciana Portilho – UNICAMP

### **Resumo**

O objetivo desse artigo será analisar as mudanças na participação feminina em ocupações de nível superior, no Brasil, entre os anos 2004 e 2013. Pretende-se com isso, verificar se estas ocupações estão passando por processos de feminização, em quais áreas as mulheres estão aumentando sua participação e se este aumento está mais vinculado à expansão de atividades tradicionalmente “femininas” do que ao acesso a atividades “masculinas”. Para tanto, primeiramente será apresentada a discussão teórica sobre os principais conceitos utilizados para a análise proposta para, em seguida, classificar e analisar os resultados obtidos. Será utilizada como fonte de dados a PNAD-IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) no período citado, e a análise será realizada sobre o grupo “profissionais das ciências e das artes”, isto porque, em comparação a outros estratos educacionais, as mulheres com ensino superior são as que mais estão inseridas no mercado de trabalho, tanto nas taxas de participação quanto por dedicarem maior tempo ao chamado trabalho produtivo.

Palavras-chave: mercado de trabalho, gênero, profissões das ciências e das artes.

## 1. Introdução

O objetivo desse artigo é analisar as mudanças na participação feminina em ocupações que exigem formação em nível superior, no Brasil, entre os anos 2004 e 2013. Pretende-se com isso, verificar se estas ocupações estão passando por processos de feminização, em quais áreas as mulheres estão aumentando sua participação e se este aumento está mais vinculado à expansão de atividades tradicionalmente “femininas” do que ao acesso a atividades “masculinas”.

Como pressupostos conceituais para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, serão adotados conceitos que substanciam grande parte dos estudos de gênero realizados atualmente, entre eles a divisão sexual do trabalho, feminização das ocupações, discriminação, segregação no mercado de trabalho.

Compreender as lógicas de gênero que percorrem o mercado de trabalho é não apenas acumular saberes sobre a atividade feminina, sua posição ocupacional, rendimento, mas é também contribuir para a progressão geral dos conhecimentos sobre o mundo do trabalho. Entender o lugar das mulheres no mercado de trabalho é entender sua posição na sociedade, visto que a atividade feminina, além de uma realidade econômica é uma construção social (MARUANI, 2008).

Nessa perspectiva, estudar o trabalho feminino é analisar o funcionamento do mercado de trabalho, o sistema de valores, as relações entre homens e mulheres e as possíveis mudanças estruturais implicadas no processo de transformação social.

O período de estudo aqui proposto se concentrará no começo do século XXI, entre os anos 2004-2013. Este período abrange uma mudança na economia brasileira a partir da ampliação do consumo resultante de maior crescimento do emprego e da atividade econômica em sua primeira metade, seguido por um período de declínio do crescimento econômico devido aos reflexos da crise econômica internacional. Comparando os dados de 2004 com os últimos dados disponibilizados pela PNAD-IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do ano 2013, pretendemos verificar o movimento da participação feminina ocorrida nesse intervalo de 10 anos. O universo de análise serão as pessoas ocupadas no grupo ocupacional “profissionais das ciências e das artes” considerando as variáveis sexo e setor de atividade. Cabe ressaltar que este grupo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem conhecimentos profissionais de alto nível e experiência nas áreas de ciências físicas, biológicas, sociais e humanas.

Esse estudo visa, portanto, colaborar para a compreensão das mudanças ocorridas na participação feminina em relação às ocupações de nível superior, a segregação ocupacional dentro desse grupo específico de trabalhadores, procurando evidenciar os setores de atividade em que se concentram a força de trabalho feminina e nos quais mais se inseriram na última década. Esse contexto, portanto, se configura como um importante lócus de pesquisa, representando o desafio de entender as trajetórias e contradições internas de um determinado grupo ocupacional e, conseqüentemente, contribuir para a compreensão das desigualdades que permeiam o mundo do trabalho.

## 2. Referencial teórico

Nessa seção são apresentados os referenciais teóricos que fundamentam a análise sobre a presença da mulher no mercado de trabalho, as desigualdades, discriminações e segregações realizadas, conceitos esses que substanciam grande parte dos estudos feministas e as análises econômicas que consideram gênero como uma categoria relevante.

O conceito de divisão sexual do trabalho<sup>2</sup>, em geral, aborda a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, sendo modulada histórica e socialmente, tendo como características a designação prioritária do homem à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e a apropriação pelos homens das funções de maior valor social agregado, como valores políticos, religiosos, militares etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Em grande parte das análises sobre as relações sociais dos sexos, entendidas como desiguais, hierarquizadas e antagônicas, de exploração e de opressão, entre duas categorias socialmente construídas, existe a predominância de um dos componentes dessas relações, seja o de superexploração econômica, seja o de opressão/dominação de sexo. A importância dada a uma dessas relações, geralmente, implica deixar a outra em segundo plano. No entanto, Hirata (2002) propõe ir mais longe, e para isto, parte da análise elaborada por Danièle

---

<sup>2</sup> As bases teóricas deste conceito foram, primeiramente, elaboradas na França no início dos anos 1970, sob impulso do movimento feminista. Ver MATHIEU, N. *L'Anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côte-femines, 1991; e DELPHY, C; KERGOAT, D. *Les Études et recherches féministes et sur les femmes em sociologie*. Colloque Femmes, Féminisme et Recherches. Toulouse: AFFER, 1984.

Kergoat, que contextualiza as relações de classe e de sexo em termos de “coexistividade<sup>3</sup>”, ou seja, em termos de sobreposição parcial de uma pela outra.

(...) a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA, 2002, p. 277).

O conceito de “sujeito sexuado” inserido em uma rede de relações intersubjetivas faz com que o fator econômico perca sua preeminência nas análises marxistas das relações de dominação. Essa passagem do “primado do econômico e das relações de exploração para a afirmativa de uma ligação indissociável entre opressão sexual e exploração econômica que permite reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo ‘sexuada’ e de ‘classe’” (HIRATA, 2002, p.277). A partir desta abordagem teórica, Hirata e Kergoat indicam a relevância ao antagonismo, ao conflito, à idéia de movimento social sexuado.

Esta conceitualização da divisão sexual do trabalho em termos de relação social baseia-se na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres, em relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas estabelecendo as relações sociais entre ambos como relações de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002).

Um fator de fundamental importância para a divisão sexual do trabalho é a discriminação que existe em relação à mulher na sociedade, e conseqüentemente, sua participação no mercado de trabalho. Discriminação construída ao longo da história e absorvida, ao que Cardoso afirma:

A opinião que as mulheres têm de si mesmas, de suas possibilidades e de seu lugar na sociedade é um dos fatores que as levam a enfrentar maiores dificuldades na vida profissional, onde vêm ocupar, quase sempre, lugares subalternos e mal remunerados (CARDOSO, 1980, p.11)

---

<sup>3</sup> Conceito de origem filosófica que Kergoat utiliza para pensar a imbricação das relações sociais de classe e de sexo. Ver KERGOAT, Danièle. *Playdoyer pour une sociologie des rapports sociaux: de l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation*, In: *Le sexe du travail: structures familiales es système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

A palavra discriminação, de origem anglo-americana, significa o caráter infundado de uma distinção. Alice Barros indica que no plano internacional a discriminação compreende qualquer

(...) distinção, exclusão ou preferência fundada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional, origem social ou outra distinção, exclusão ou preferência específica pelo Estado-Membro interessado, qualquer que seja sua origem jurídica ou prática e que tenha por fim anular ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento no emprego ou profissão (art. 1º da Convenção n.111 de 1958 apud BARROS, 2010).

A discriminação, portanto, se dá por um tratamento diferenciado, comparativamente desfavorável, surgindo tanto por preconceito direto contra as mulheres, como pelo fato de sua contratação possibilitar a elevação dos custos operacionais da empresa em função de leis de tutela social. Certos comportamentos conservadores em relação à mulher na família e na vida social acabam por reforçar tal discriminação. Estes comportamentos se estendem também para a remuneração dos trabalhadores em relação ao trabalho executado (BARROS, 2010).

Além de medidas arbitrárias tomadas em relação ao trabalho feminino, a discriminação também se manifesta em relação à formação profissional, ao acesso das mulheres ao trabalho, à manutenção e condições de emprego, acentuando-se, principalmente, quando se trata de mulher casada, com responsabilidades familiares (BARROS, 2010). A discriminação da mulher no mercado de trabalho, no ensino e em outros setores da sociedade criam barreiras para sua atuação enquanto sujeito ativo na construção de sua história.

(...) não existe a “problemática da mulher”, mas uma problemática da sociedade contra a mulher, discriminando-a de forma ostensiva, colocando sob sua única responsabilidade as tarefas domésticas, a de socialização dos imaturos, forçando-a a decidir-se, nessa ambiguidade que se coloca, diante da necessidade econômica, a dividir-se entre três papéis, procurando uma ocupação na qual ela possa, além de conciliar todos os papéis, ser aceita, o que vai ocorrer, geralmente, no setor de serviços (CARDOSO, 1980, p.69).

Além da discriminação, outro fator que contribui para a análise das diferenças de participação e renda dos gêneros no mercado de trabalho é a forma como homens e mulheres se distribuem entre as diversas ocupações ou setores econômicos de atividade. Esse fenômeno é conhecido como segregação ocupacional e segregação setorial, conforme a distribuição entre as diversas ocupações ou entre os diversos setores (Salas e Leite, 2008).

Nesse mesmo sentido, Barros (2010), distingue dois tipos de segregação no meio urbano, a horizontal e a vertical. A primeira se dá pela concentração feminina em profissões que guardam certa analogia com atividades exercidas no lar, como enfermeiras, professoras, secretárias, balconistas, cozinheiras, faxineiras, serventes, cabelereiras e costureiras. Essas profissões são, em geral, mal remuneradas, requerem baixa qualificação e, portanto, de pouco prestígio. A segregação vertical se refere aos postos de chefia e de direção, que envolvem poder de mando e são conferidas aos homens, inclusive em profissões em que a maioria dos trabalhadores é composta por mulheres, como no setor da educação. Essa é a maneira mais evidente da discriminação ocupacional e se dá por “obstáculos implícitos derivados de preconceitos psicológicos e estruturais que constituem as chamadas ‘barreiras invisíveis’, que impedem o acesso de mulheres aos cargos diretivos, em todos os países” (BARROS, 2010, p. 72).

Em estudos econômicos, há diversas interpretações para a origem da segregação quanto para diferenças salariais. Entre elas está a vertente neoclássica, que tem seu fundamento no individualismo metodológico e sustenta que as segregações e diferenças de renda são resultado de decisões dos indivíduos que se expressam em formas diferentes de níveis de investimento em “capital humano”, por parte dos homens e mulheres, ou em diversas formas de discriminação dos empregadores. Essa teoria não faz uso do conceito de gênero, visto que este se baseia na idéia de que os papéis masculinos e femininos são características sociais (Salas e Leite, 2008).

As vertentes econômicas heterodoxas consideram a importância do contexto social no qual os sujeitos estão inseridos. Assim como na teoria social, outras interpretações explicam o mesmo processo considerando as estruturas sociais, instituições sociais e culturais. Sugerem que a segregação se fundamenta na construção social denominada gênero, que faz com que certas atividades sejam tipificadas por sexo, assim, conforme uma ocupação seja considerada “feminina” ou “masculina”, obtém-se um maior ou menor rendimento (Salas e Leite, 2008).

Dessa maneira, segundo os autores, considera-se que há segregação por sexo quando a participação de mulheres e homens entre as ocupações e/ou setores é diferente da proporção que eles representam no total do pessoal ocupado. As principais justificativas dadas para situações de discriminação e segregação da mulher no mercado de trabalho se referem à sua

condição civil ou familiar e às leis de tutelas sociais e regulamentação trabalhista que estabelecem direitos e restrições às trabalhadoras.

### **3. Mercado de trabalho brasileiro e a participação feminina**

O período de estudo aqui proposto se concentra no começo do século XXI, o qual pode ser dividido em dois momentos histórico-econômico: o primeiro, entre os anos 2004 e 2008, composto por um reaquecimento da economia brasileira com forte crescimento do PIB e baixa inflação e, o segundo, entre 2009 e 2012, período afetado pela crise econômica internacional.

A retomada do crescimento do PIB nesse período foi um elemento fundamental para que ocorresse dinamismo no mercado de trabalho, pois com o crescimento da economia verificou-se a diminuição da taxa de desemprego e aumento da geração de empregos, em especial do emprego formal (BALTAR, 2012). Esse dinamismo no mercado de trabalho tem ocorrido com a ampliação da participação das mulheres na força de trabalho.

Para compreender a relevância da retomada econômica a partir de 2004, é importante ressaltar que na década de 1990 verificou-se baixo ritmo de atividade econômica e maior inflação que afetaram negativamente o nível de renda do trabalho até 2004. Segundo Baltar (2012), verifica-se que, entre os anos 1998 e 2004, a mediana das rendas das pessoas ocupadas cresceu 14% (deflacionada pelo INPC), enquanto o crescimento do PIB foi de 16,2% nesse período, indicando um fraco aumento da produtividade na economia brasileira, consequência do baixo nível de investimento observado ao longo desses anos. Em decorrência disso, a parcela do trabalho no total da renda nacional diminuiu em 4,5 pontos percentuais (p.p.). Essa queda afetou diretamente a renda das famílias, explicando o reduzido crescimento do consumo e do PIB nesse período.

Os processos de globalização e reestruturação produtiva causaram profundas modificações no perfil setorial e por posição na ocupação, diminuindo a geração de postos de trabalho em produção de bens e aumentando no comércio e prestação de serviços (LEONE, 2006). Cabe ressaltar que, como afirma Guedes (2010) e confirma Wainerman (2007), nota-se, a partir da década de 1990, um caráter contraditório da inserção feminina em um momento de crise econômica e flexibilização das regras do mercado de trabalho. A maior inserção feminina não poderia ser entendida simplesmente como um indicador de modernização e desenvolvimento, como nos anos 70, quando a atividade produtiva era vista com esperança de transformação da condição feminina. Nesse período mais recente, “o processo de



*intensificação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho também se deve ao fato dessa ser uma mão de obra mais barata e que trabalha em condições mais precárias”* (GUEDES, 2010, p.59).

A partir de 2004, nota-se uma mudança na economia brasileira a partir da ampliação do consumo resultante de maior crescimento do emprego, relacionado à intensificação do crescimento das exportações verificada a partir de 2002. Em 2006, esse crescimento do consumo se acelerou devido ao aumento no poder de compra da renda do trabalho e ao endividamento das famílias. Dessa maneira, o crescimento da economia entre os anos 2004-2008 esteve atrelado, entre outros fatores, a ampliação do consumo das famílias de renda relativamente baixa, mas também da recuperação generalizada da renda do trabalho e da perspectiva de continuidade dos aumentos de emprego e renda que levaram as famílias a anteciparem o aumento do seu consumo através do crédito fornecido pelas instituições financeiras (BALTAR, 2012).

O reflexo desses resultados positivos da economia brasileira pode ser verificado através de alguns aspectos do mercado de trabalho, no entanto, a desigualdade em participação e renda entre os sexos ainda se manteve. O crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), entre os anos 2004-2013, se deu no ritmo médio de 1,2%, passando de cerca de 93,5 milhões pessoas, em 2004, para cerca de 103,4 milhões, neste último ano. A maior responsável por este aumento foi a PEA feminina que apresentou uma elevação de 11,5%, durante o período, enquanto a PEA masculina subiu 9,8%, significando que a composição da população economicamente ativa caminhou, mesmo que lentamente, em direção a uma maior aproximação entre os sexos.

A taxa de participação – proporção de pessoas com dez anos de idade ou mais na situação de ocupadas ou desempregadas – apresentou queda durante o período analisado, passando de 61,4% em 2004, para 59,7% em 2013, no entanto, até o ano de 2009 a tendência era de elevação. Isto significa que o crescimento da PEA ocorreu em um ritmo menor que o da População em Idade Ativa, o que pode ser explicado por uma postergação da entrada de jovens no mercado de trabalho ou antecipação da aposentadoria dos mais velhos. As taxas de participação feminina e masculina apresentaram movimentos diferentes ao longo do período. A participação das mulheres cresceu de 51,6% para 52,7% entre os anos 2004 e 2009, caindo para 50,1% em 2013. Em contrapartida, a taxa de participação masculina passou de 73,2% em 2004, para 72,3% em 2009, terminando o período em 70,1%.

O número de pessoas ocupadas seguiu uma tendência inversa a da PEA, crescendo 1,5% ao ano entre 2004 e 2013. A ocupação feminina cresceu 1,7% e a masculina 1,3% ao ano, nesse período. Segundo os dados da PNAD, em 2004, 58,2% dos ocupados eram homens e 41,8% eram mulheres, aproximando essa relação em 2013, para 57,5% e 42,5%, respectivamente, caindo a diferença entre as participações relativas em 1,4 p.p. Esses dados não implicam necessariamente em uma transferência de postos de trabalho masculino para feminino, visto que houve forte geração de emprego no período e queda da taxa de desemprego para ambos os sexos.

Outro dado que demonstra a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é a distribuição da taxa de desemprego por sexo. No que se refere ao desemprego, de maneira geral, houve uma redução de 9,0%, em 2004, para 6,5% em 2013. As taxas de desemprego feminina e masculina apresentaram a mesma tendência de queda, mas em ritmos diferentes. A taxa feminina caiu 2,1% ao ano, enquanto a masculina teve queda de 3,2% ao ano. Em 2013, as mulheres representavam 56,8% do total de desempregados. Como aponta Leone (2010), as desigualdades de gênero aparecem nos indicadores de mercado de trabalho, principalmente nas maiores taxas de desemprego das mulheres.

É importante destacar que, com a retomada do crescimento da economia em 2004, ampliou-se o ritmo da geração de empregos, sobretudo dos empregos com carteira de trabalho assinada, elevando desta maneira, a participação do emprego assalariado formal na ocupação das pessoas (LEONE, 2012). Essa evolução foi consequência do maior crescimento do PIB, retomada dos investimentos, ampliação das exportações e incremento do consumo das famílias em decorrência da melhora na distribuição de renda e ampliação do crédito (CARNEIRO, 2011).

Assim como Hirata (2010), Leone e Baltar (2006) apontam que os rendimentos recebidos por trabalhadores com nível superior nas regiões metropolitanas brasileiras melhoraram nos anos 1990, no entanto, a diferença salarial entre estes e os trabalhadores com até 8 anos de escolaridade aumentou. De acordo com os autores, no segmento dos trabalhadores com nível universitário, as mulheres passaram a ser a maioria das pessoas ocupadas. Apesar disso, é justamente nesse grupo que as diferenças salariais entre homens e mulheres são mais expressivas. *“Assim, as conseqüências do fato das mulheres continuarem confinadas nas ocupações de menor prestígio e remuneração são ainda mais evidentes justamente nas ocupações que exigem maior nível de instrução”* (LEONE, 2012, p.363).

Essa segregação ocupacional também pode ser percebida quando são analisados os dados referentes aos grupos ocupacionais, que refletem uma combinação de considerações sobre funções exercidas e nível educacional exigido, como por exemplo, as “profissões de ciências e artes” e “técnicos de nível médio”. Já as ocupações com maior prestígio social estão nos grupos “dirigentes em geral” e “profissionais das ciências e das artes”.

No primeiro grupo, “dirigentes em geral”, verifica-se um aumento da participação feminina, mas ainda assim, mantendo a preponderância da participação masculina. Entre os anos 2004-2013, a porcentagem de homens nesse setor passou de 66,1% em 2004 para 62,5%, enquanto a feminina subiu de 33,9% para 37,5%, em 2013. No entanto, esse grupo teve um baixo crescimento de seu peso no total dos grupos ocupacionais, passando de 4,8% para 5,1%, nesse período. O segundo grupo, “profissionais das ciências e das artes”, cujo peso da participação no total dos ocupados passou de 6,0%, em 2004, para 9,1%, em 2013, contou com participação majoritariamente feminina. Em 2004, a presença feminina significava 59,3% dos ocupados e, em 2013, passou para 62,6%.

Assim, a preocupação em estudar o grupo dos profissionais das ciências e das artes se dá por se concentrar nele o maior número de profissionais com formação de nível superior e presença majoritariamente feminina. É preciso compreender como a divisão sexual do trabalho pesa sobre as modalidades específicas da feminização dos grupos profissionais (Le Feuvre, 2008). Entendendo as características estruturais dos grupos profissionais é possível compreender com mais precisão o contexto específico em que se opera a feminização e seus potenciais efeitos sobre as práticas profissionais e valores sociais.

Diante disso, é necessário avaliar o sentido da chegada progressiva das mulheres aos “antigos bastiões masculinos” e em que medida essa feminização contribui para transformar os fundamentos ideais e materiais do sistema sexo/gênero compreendidos como fenômeno estruturante de práticas e de representações sociais (Fortino, 2002 apud Le Feuvre, 2008).

### **3.1 Profissionais das Ciências e das Artes**

O grupo “profissionais das ciências e das artes” é constituído por 77<sup>4</sup> ocupações agrupados em 7 subsetores, segundo a PNAD – 2013. Neste grupo estão alocadas as ocupações cuja atividade principal requerem conhecimentos profissionais de nível superior

---

<sup>4</sup> As ocupações pertencentes ao grupo ocupacional “profissionais das ciências e das artes” estão apresentadas no quadro do Anexo 1.

nas áreas de ciências físicas, biológicas, sociais e humanas. Nessa seção, são analisados os dados referentes às estas ocupações que foram agrupadas nos 7 subsetores, para fins de facilitar a apresentação dos dados. Na análise que faremos, dois aspectos se mostram relevantes para melhor compreensão dos dados: a distribuição da participação feminina entre os subgrupos e a taxa de participação dos ocupados dentro de cada subgrupo.

O grupo ocupacional “profissionais das ciências e das artes” foi responsável por 9,1% da população ocupada, em 2013, correspondendo a cerca de 8.830 milhões de postos de trabalho, conforme pode ser observado na tabela 1. O crescimento do emprego nesse grupo foi de 72,5%, entre os anos 2004-2013. A participação feminina, que já era maior que a masculina em 2004, cresceu 82%, no período, enquanto o percentual de participação dos homens cresceu em 59%.

Apesar desses dados favoráveis às mulheres, quando analisamos a distribuição feminina entre os subgrupos que compõem as profissões de nível superior, verificamos que as mulheres se concentram majoritariamente em “profissionais do ensino”, com cerca de 2,7 milhões de mulheres, representando 49% do total da participação feminina nessas ocupações, em 2013, sendo que em 2004 era de 45,5%. Seguida por “profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins”, com cerca de 850 mil mulheres, e “profissionais das ciências sociais e humanas”, com cerca de 844 mil mulheres, representando 15,4% e 15,2%, respectivamente, ressaltando que, em relação a 2004, houve um movimento de queda de 2 p.p. da presença feminina neste último subgrupo.

**Tabela 1 - Subgrupos profissionais das ciências e das artes, por sexo**

Subgrupos	2004			2013			Crescimento 2004-2013 (em %)		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Profissionais policientíficos	3.282	585	3.867	4.917	4.286	9.203	49,8	632,6	138,0
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	432.176	136.213	568.389	753.523	228.674	982.197	74,4	67,9	72,8
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	293.518	429.526	723.044	442.345	850.866	1.293.211	50,7	98,1	78,9
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)	395.170	1.380.416	1.775.586	740.943	2.711.942	3.452.885	87,5	96,5	94,5
Profissionais das ciências jurídicas	250.647	193.962	444.609	384.840	317.467	702.307	53,5	63,7	58,0
Profissionais das ciências sociais e humanas	335.490	522.088	857.578	571.732	844.274	1.416.006	70,4	61,7	65,1
Comunicadores, artistas e religiosos	371.701	374.344	746.045	405.045	567.299	972.344	9,0	51,5	30,3
<b>Total</b>	<b>2.081.984</b>	<b>3.037.134</b>	<b>5.119.118</b>	<b>3.303.345</b>	<b>5.524.808</b>	<b>8.828.153</b>	<b>58,7</b>	<b>81,9</b>	<b>72,5</b>

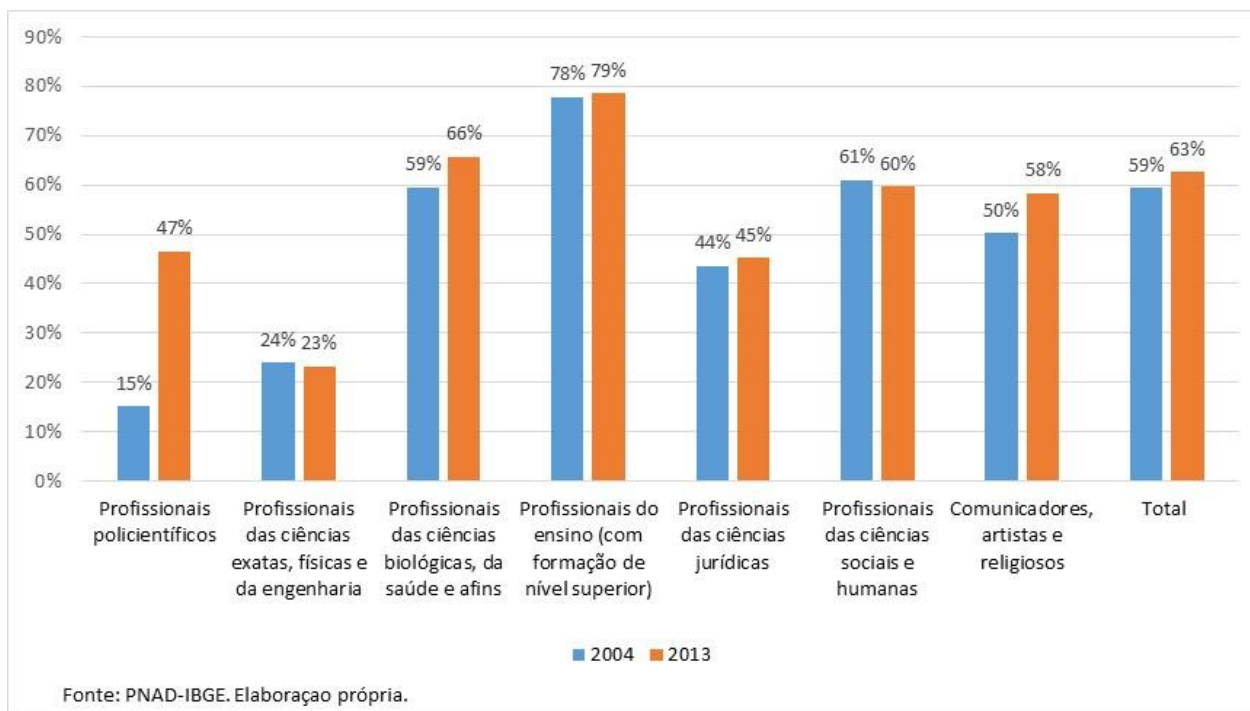
Fonte: Phad-IBGE. Elaboração própria.

Já a distribuição masculina nos subgrupos se dá de maneira mais uniforme, com 20% dos ocupados em “profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia”, 19% em “profissionais do ensino”, 18% em “comunicadores, artistas e religiosos” e 16% em “profissionais das ciências sociais e humanas”, entre os subgrupos com maior participação. Dados que confirmam o argumento de segregação ocupacional reforçado pela maior presença das mulheres em nichos tradicionais femininos.

A taxa de participação feminina nas ocupações de nível superior passou de 59% para 63%, entre 2004 e 2013, conforme o gráfico 1. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao elevado crescimento da criação de vagas dessas ocupações em relação ao aumento do total das ocupações do mercado de trabalho, mas também por um crescimento maior da inserção feminina nessas ocupações em relação a masculina, conforme demonstrado na tabela 1.

Entre os subgrupos, destacam-se o aumento da participação feminina nos “profissionais policentricos”, passando de uma taxa de 15% para 47%, no período, no entanto, cabe ressaltar que este é o subgrupo com menor número de ocupados. Verifica-se também o aumento de 8 p.p. na taxa de participação feminina nos “comunicadores, artistas e religiosos”, e 7 p.p. no subgrupo das ciências biológicas, saúde e afins.

**Gráfico 1 – Taxa de participação feminina nos subgrupos profissionais das ciências e das artes**



Analisando as taxas de participação feminina mais detidamente em cada subgrupo, verifica-se que 4 dos 7 subgrupos apresentam preponderância da presença feminina em 2013 com destaque para os “profissionais do ensino”, os quais 79% dos ocupados eram mulheres. Nesse subgrupo incluem-se professores do ensino infantil até o superior, no entanto, nos níveis de educação infantil e fundamental, onde se requer atividades de maior cuidado, mais de 90% dos profissionais eram mulheres. Quando o nível educacional aumenta, como no ensino técnico e superior, e a educação estabelece uma relação maior com a profissionalização, a presença masculina também sobe, ocorrendo uma divisão mais equânime entre os sexos, com a taxa de participação feminina ficando em torno de 53%.

O segundo subgrupo com maior taxa de participação feminina é “profissionais das ciências biológicas, saúde e afins” com 66% de seus ocupados, em 2013. Essa área também apresenta distinções entre as participações feminina e masculina quando observamos as ocupações que a compõem. Ocupações como agrônomos e veterinários apresentam preponderância da presença masculina, com taxas de 80,8% e 61,3%, respectivamente. Já a participação feminina se concentra nas ocupações que remetem aos tradicionais nichos femininos na área da saúde, sendo elas: nutricionistas (97,6%), enfermeiros (86,4%) e fisioterapeutas (81,1%). É importante ressaltar como um aspecto positivo que na ocupação médicos houve uma aproximação das taxas de participação feminina e masculina. Em 2004, a taxa de participação das mulheres era 40,6%, passando para 48,2%, em 2013. Em tendência contrária, a taxa de participação masculina passou de 59,4% para 51,8%, no período.

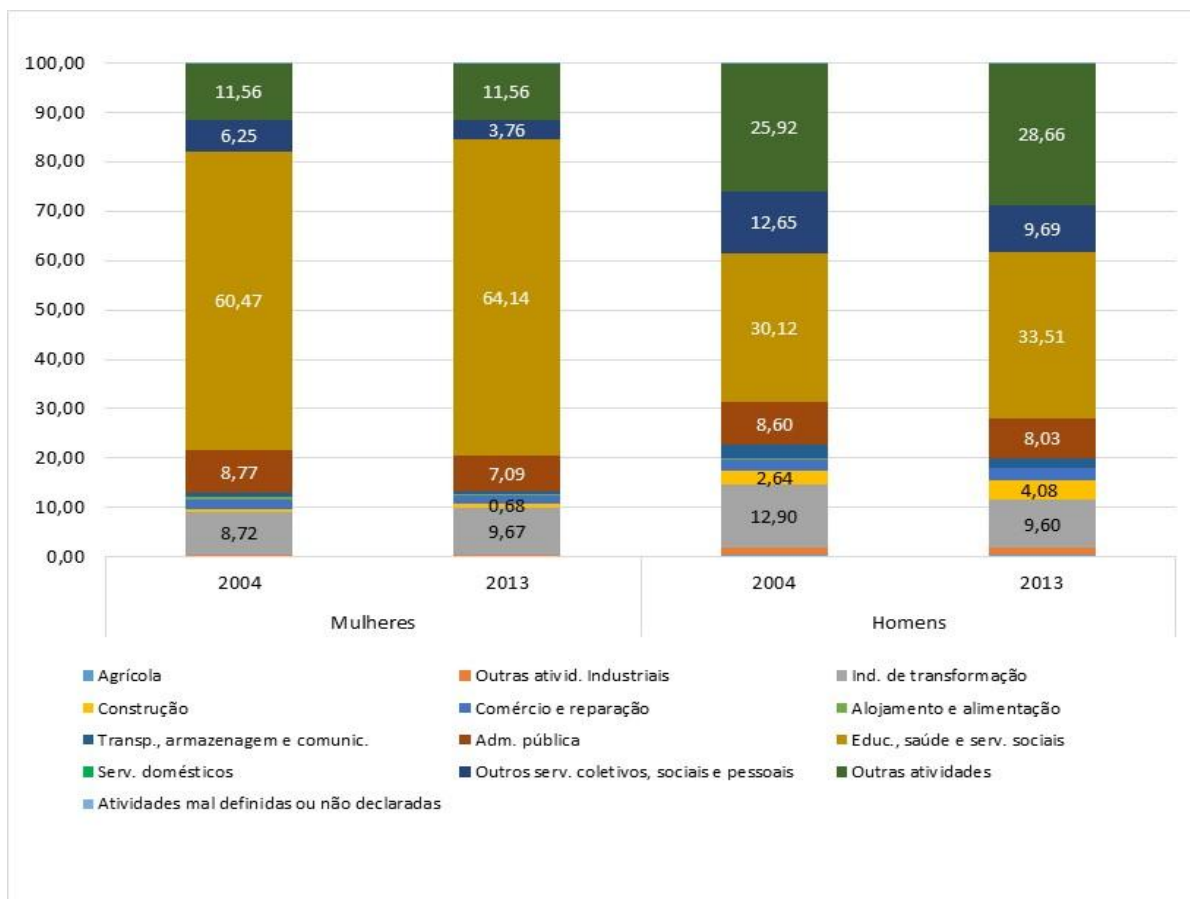
Nos direcionando agora para a análise setorial, dentro das ocupações de nível superior, o setor de atividade econômica que mais absorve os ocupados é o “educação, saúde e serviços sociais”, como já esperado, com 4,6 milhões de ocupados, representando 52,7%, em 2013, convergindo com os dados anteriormente apresentados dos subgrupos. O grupo “profissionais das ciências e das artes” apresentou um crescimento de 89% nesse setor, no período estudado. O segundo setor com maior presença de profissionais com ensino superior é “outras atividades”, com 18%, e a “indústria da transformação, com 9,4%, em 2013.

A distribuição das mulheres profissionais das ciências e das artes entre os setores de atividade se dá, majoritariamente, no setor “educação, saúde e serviços sociais e apresentou uma tendência de elevação nesses dez últimos anos, passando de 60,4%, em 2004, para 64,1%, em 2013. Esse aumento se deu, principalmente, por conta do aumento dos postos de trabalho e não em detrimento da participação masculina, visto que esta também aumentou nesse período, de 30,1% para 33,5%.

O segundo setor com maior presença feminina desse grupo foi “outras atividades”, com 11,5%, mantendo um percentual estável no período estudado. Em seguida, vem a indústria de transformação que, em 2013, comportava 9,6% das mulheres. Das mulheres ocupadas no subgrupo “Comunicadores, artistas e religiosos”, 71,5% estão na indústria de transformação.

A distribuição masculina segue essa mesma ordem de priorização dos setores. É interessante notar que, na indústria de transformação, o percentual de distribuição dos ocupados é muito próximo ao feminino, mas que, dos “comunicadores, artistas e religiosos”, apenas 28% estão nesse setor e dos “profissionais policentricos”, 71,8% estão presentes na indústria de transformação.

**Gráfico 2 – Distribuição dos ocupados do grupo “profissionais das ciências e das artes” nos setores de atividade (em %)**



Analisando a tabela 2, verifica-se que a participação feminina é preponderante em 5 setores de atividade: alojamento e alimentação (78,6%); educação, saúde e serviços sociais (76,2%); indústria da transformação (62,8%); administração pública (59,6%) e comércio e reparação (54,8%).

**Tabela 2 - Taxa de participação dos profissionais das ciências e das artes (em %)**



Setores de atividade	2004			2013		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Agrícola	82,9	17,1	100,0	93,9	6,1	100,0
Outras ativ. Industriais	71,3	28,7	100,0	71,0	29,0	100,0
Ind. de transformação	50,4	49,6	100,0	37,2	62,8	100,0
Construção	76,6	23,4	100,0	78,2	21,8	100,0
Comércio e reparação	45,8	54,2	100,0	45,2	54,8	100,0
Alojamento e alimentação	20,4	79,6	100,0	21,4	78,6	100,0
Transp., armazenagem e comunic.	69,3	30,7	100,0	62,6	37,4	100,0
Adm. pública	40,2	59,8	100,0	40,4	59,6	100,0
Educ., saúde e serv. sociais	25,5	74,5	100,0	23,8	76,2	100,0
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	58,1	41,9	100,0	60,7	39,3	100,0
Outras atividades	60,6	39,4	100,0	59,7	40,3	100,0
Atividades mal definidas ou não declaradas	30,6	69,4	100,0	54,8	45,2	100,0
<b>Total</b>	<b>40,7</b>	<b>59,3</b>	<b>100,0</b>	<b>37,4</b>	<b>62,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD-IBGE. Elaboração própria.

O setor com maior participação feminina, em 2013, alojamento e alimentação é composto, em sua maioria, por mulheres nutricionistas (69,2%) e profissionais de marketing, publicidade e comercialização (19%). Comparando com a participação masculina, os homens se dividem, nesse setor, em 64% profissionais de marketing, publicidade e comercialização e 22,8% são analistas de sistemas. O segundo setor com maior taxa de participação feminina, educação, saúde e serviços sociais, cerca de 60% das ocupadas são professoras do ensino básico até o ensino médio.

Destes setores, o que mostrou uma mudança mais significativa foi a indústria de transformação, cuja participação feminina aumentou 13 p.p., no período. Dentro desse setor de atividade, 76% das mulheres pertencem ao subgrupo “comunicadores, artistas e religiosos”, sendo que a grande maioria, cerca de 70%, é designer, para o ano de 2013.

#### 4. Conclusão

Nesse estudo, procuramos apresentar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho nos detendo mais especificamente em profissões que exigem uma formação profissional de nível superior, por nesse grupo ocupacional as mulheres serem a maioria dos ocupados. A preocupação foi demonstrar que, apesar das mulheres terem uma alta taxa de participação nessas profissões, ainda se verifica uma segregação setorial e ocupacional.

A feminização dessas ocupações demonstra uma melhora na participação feminina no mercado de trabalho, visto que essas ocupações apresentam certo prestígio social e melhor remuneração, no entanto, esse fenômeno por si só não é suficiente para indicar uma reconfiguração das relações sociais de sexo. Quando se volta o olhar para os processos de segregação ocupacional e setorial, vemos que ainda existe uma distribuição desigual entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com a ainda permanência das mulheres nos nichos tradicionais femininos.

É importante ressaltar que a segregação é um fenômeno que está na essência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho se estendendo para as condições de trabalho e remuneração recebida.

Para uma maior equalização dessas discrepâncias, é necessário mais políticas públicas em matéria de promoção da igualdade profissional, além de maior equidade na questão da divisão sexual dos encargos domésticos e educacionais nas famílias em que uma mulher exerça determinada profissão e esteja no mercado de trabalho.

## 5. Referências Bibliográficas

- BARROS, A. M. Discriminação no emprego por motivo de sexo. In: RENAULT, M. T. V; CANTELLI, P. O. (Org). **Discriminação**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2010.
- BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Seminário Internacional Gênero e Trabalho** (MAGE/FCC), 2007.
- CARDOSO, I. **Mulher e trabalho**: discriminações e barreiras no mercado de trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- LE FREUVE, N. (2008). Modelos de feminização das profissões na França e na Grã Bretanha. In: COSTA, A. de O. SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (Orgs.) **Mercado de Trabalho e Gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GUEDES, M. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. **Trabalho, Educação e Saúde**. Vol.8, n. 1, 2010.
- HIRATA, H. Nova **divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, set/dez, 2007.
- LEONE, E.; BALTAR,P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.23, n.2, jul/dez. 2006.
- MARUANI, M. (2008). Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In: COSTA, A. de O. SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (Orgs.) **Mercado de Trabalho e Gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SALAS, C.; LEITE, M. (2008). Segregação setorial por gênero: uma comparação Brasil-México. In: COSTA, A. de O. SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (Orgs.) **Mercado de Trabalho e Gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV.

## ANEXO 1

Profissionais policientíficos
Profissionais da bioengenharia, biotecnologia e engenharia genética Profissionais da metrologia Engenheiros mecatrônicos
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
Profissionais da matemática Profissionais da estatística Especialistas em computação Engenheiros em computação - desenvolvedores de software Especialistas em informática Analistas de sistemas Programadores de informática Físicos Químicos Profissionais do espaço e da atmosfera Geólogos e geofísicos Engenheiros de materiais Arquitetos Engenheiros civis e afins Engenheiros eletroeletrônicos e afins Engenheiros mecânicos Engenheiros químicos Engenheiros metalúrgicos Engenheiros de minas Engenheiros agrimensores e de cartografia Outros engenheiros, arquitetos e afins Oficiais de convés Oficiais de máquinas Profissionais da navegação aérea
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
Biólogos e afins Agrônomos e afins Médicos Cirurgiões-dentistas Veterinários Farmacêuticos Enfermeiros de nível superior e afins Fisioterapeutas e afins Nutricionistas
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
Professores com formação de nível superior da educação infantil Professores com formação de nível superior de disciplinas da educação geral de 1a à 4a séries do ensino fundamental Professores com formação de nível superior de disciplinas da educação geral de 5a à 8a séries do ensino fundamental Professores com formação de nível superior de disciplinas da educação geral do ensino médio

Continua na página 20.

Continuação da página 19.

Professores e instrutores com formação de nível superior do ensino profissional
Professores do ensino superior
Professores de educação física
Professores de alunos com deficiências físicas e mentais
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino
Profissionais das ciências jurídicas
Advogados
Procuradores de empresas e autarquias
Outros advogados autônomos e de empresas
Juízes e desembargadores
Promotores, defensores públicos e afins
Delegados de polícia
Profissionais das ciências sociais e humanas
Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica
Profissionais em pesquisa e análise econômica
Profissionais em pesquisa e análise histórica e geográfica
Filósofos e cientistas políticos
Psicólogos e psicanalistas
Assistentes sociais e economistas domésticos
Administradores
Contadores e auditores
Secretárias executivas e bilíngues
Profissionais de recursos humanos
Profissionais da administração econômico-financeira
Profissionais de marketing, publicidade e comercialização
Comunicadores, artistas e religiosos
Profissionais do jornalismo
Profissionais da informação
Arquivologistas e museólogos
Filólogos, tradutores e intérpretes
Escritores e redatores
Especialistas em editoração
Locutores e comentaristas
Produtores de espetáculos
Coreógrafos e bailarinos
Atores, diretores de espetáculos e afins
Compositores, músicos e cantores
Desenhistas industriais designer, escultores, pintores e afins
Decoradores de interiores e cenógrafos
Ministros de cultos religiosos, missionários e afins

Fonte: PNAD - 2013